



Ato no TRE, em 19/09.

## Fortalecer a luta por direitos



Arquivo Sintrajud



Arquivo Sintrajud



Arquivo Sintrajud



Da esq. para a dir., reuniões no STM, no CJF, no MPTCU e com o futuro presidente do TRT-2.

## Sindicato realiza Encontro Estadual e prepara eleição do Conselho de Base

(Pág. 2 e 3)

**Estudos econômicos confirmam:  
Dinheiro tem! A questão é para quem** (Pág. 4)



## ORGANIZAÇÃO

# Inscriva-se para o Encontro Estadual de Base

Atividade acontecerá presencialmente nos dias 18, 19 e 20 de outubro, no Hotel Hípica Atibaia; inscrições vão até o dia 15.

**ENCONTRO ESTADUAL DE BASE**

**18 a 20.10.2024**  
Hotel Hípica Atibaia

**CARREIRA, SALÁRIOS E DIREITOS:**  
**Nossa luta faz acontecer!**

**INSCREVA-SE JÁ!**

**SINTRAJUD**

Por isso, foi necessário lutar também para que o TRF-3 devolvesse os valores descontados do reajuste do plano de saúde em 2023 e para que neste ano não tenha havido um impacto tão grande para a categoria. Num cenário de arrocho, conquistar R\$ 17 milhões a mais só mesmo com luta.

No TRT-2, o corte do auxílio-saúde foi de 25% para 14% também após a mobilização do início deste ano.

Foi o combate ao assédio sexual pela categoria que levou também à condenação de um juiz (a primeira na história do Conselho Nacional de Justiça por crime sexual, no caso Marcos Scalercio), abrindo uma nova jurisprudência para todo o país em defesa do direito das mulheres serem respeitadas no trabalho.

Foi também com luta que a categoria e o Sindicato reverteram a demissão da colega oficial de justiça e ex-dirigente do Sindicato Beatriz Massariol e garantiram que o ex-diretor do Sintrajud e integrante das direções da Fenajufe e da

A direção do Sintrajud convida a categoria a participar do Encontro Estadual que acontecerá na cidade de Atibaia, entre os dias 18 a 20 de outubro. Com o tema “Carreira, salários e direitos. Nossa luta faz acontecer!”, a atividade vai ser um espaço de debate e reorganização do Conselho de Base do Sindicato, com discussões sobre os impactos da conjuntura nacional e internacional para a categoria, avaliação das mobilizações pelo PCCS e para inclusão dos servidores no orçamento. Também estará em pauta a ‘reforma’ administrativa disfarçada que o Poder Judiciário vem fazendo com base nos avanços tecnológicos, de forma que é sempre exigido aos trabalhadores “fazer mais com menos” (Justiça 4.0, teletrabalho, ferramentas de Inteligência Artificial).

### Reorganizar o Conselho para lutar e vencer

A reestruturação da carreira depende de mobilização da categoria nacionalmente. Foi assim nos PCS — planos de cargos e salários — 1 (1995), 2 (2002) e 3 (2006), na conquista dos 11,98% e do



Ato no TRT-2 contra o corte do auxílio-saúde.

reajuste decorrente da greve de 2015, e na última reposição parcial de perdas cuja terceira parcela está prevista para fevereiro do ano que vem.

Nenhum direito é assegurado pela cúpula do Poder Judiciário sem pressão da luta dos trabalhadores.

Ao longo do último ano a categoria teve que articular diversas mobilizações que tiveram a disputa orçamentária como principal motivo.

A magistratura está consumindo toda a verba que chega ao Judiciário com benefícios autoconcedidos, e o ajuste fiscal imposto pelo ‘novo’ arcabouço é usado como justificativa para negar direitos aos servidores.

CSP-Conlutas Fabiano dos Santos não fosse penalizado no retorno ao trabalho após o fim da licença para mandato classista. Assim como o colega João Carlos Peres teve reconhecido seu direito ao trabalho remoto, dada a sua condição de pessoa com deficiência.

É para fortalecer e organizar a mobilização da categoria em todo o estado que o Sintrajud convoca esse encontro e convida você a participar.

O evento será também um espaço de confraternização e integração de colegas de todo o Poder Judiciário da União em São Paulo.

“Todas as lutas só chegam à vitória com a participação da base, e o encontro tem o objetivo de trazer a base para a luta em defesa do PCCS”, destaca a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo. Não deixe de se inscrever.



Ato contra o assédio sexual no TRT-2.

Kit Gaion

Jesus Carlos



Jesus Carlos



Ato no TRE-SP contra o assédio moral.

## Conselho de Base é a categoria dentro do Sindicato em todo o estado

Eleições vão acontecer em novembro.

A atual gestão do Sintrajud colocou entre seus planos estratégicos reorganizar a representação sindical nos locais de trabalho, o principal instrumento de aprofundamento das relações entre a categoria e a entidade.

A última eleição para o Conselho aconteceu em 2018. Em 2020, quando seria renovado o colegiado, o mundo foi tomado pela pandemia de covid-19 - que por um ano e meio impediu o convívio social e gerou transformações profundas na organização do exercício funcional, como o teletrabalho.

Após o pico da crise sanitária, o Sindicato teve eleições para a diretoria executiva, retomou a realização do 9º Congresso e teve que responder à prioridade de construção de uma proposta de reestruturação da carreira judiciária que exigiu esforços nacionais.

Dando continuidade à política instituída na última eleição, a representação dos servidores por prédio visa garantir que locais de trabalho que hoje não têm diretoria de base passem a ter, como os cartórios eleitorais.

A diretoria de base será eleita em novembro, dentre os associados ao Sintrajud, na seguinte proporção:

- 03 a 25 associados podem eleger 1 diretor de base
- 26 a 50 associados podem eleger 02 diretores de base
- 51 a 100 associados podem eleger 03 diretores de base
- Acima de 100 associados podem eleger mais 1 diretor de base a cada 100 ou fração.

Kit Gaion



No TRF-3, luta reverteu descontos de saúde.



## VITÓRIA JURÍDICA

### Após Sintrajud conquistar reconhecimento da VPI, tribunais anunciam pagamento administrativo

Em maio deste ano o Superior Tribunal de Justiça negou provimento a recurso da União contra vitória jurídica do Sintrajud e assegurou o reconhecimento da VPI (vantagem pessoal identificada) decorrente da parcela de R\$ 59,87.

Em 29 de agosto, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, determinou o pagamento administrativo dos valores aos servidores do STF ainda em 2024, com base no precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça na ação do Sindicato. No dia seguinte à determinação de Barroso, o Sintrajud requereu a aplicação imediata da medida em todos os tribunais de São Paulo, a fim de agilizar o pagamento do passivo corrigido aos servidores e servidoras ingressantes até dezembro de 2018 (para quem entrou no Judiciário a partir de 1º de janeiro de 2019 a parcela já está incorporada ao vencimento base).

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM) estenderam a decisão de pagamento administrativo aos servidores dos respectivos ramos, condicionada à disponibilidade orçamentária.

A direção do Sintrajud segue acompanhando o tema e cobrando a todas as administrações regionais a quitação imediata do passivo.

### O que é a VPI?

Em 2003, para burlar a revisão geral de salários prevista no artigo 37 da Constituição Federal para todo o funcionalismo, o governo Lula aprovou duas leis. Uma delas conferia 1% de reajuste nas remunerações e subsídios (10.697/2003) e a outra instituiu uma parcela linear de R\$ 59,87 para todos os servidores efetivos dos três poderes, ativos ou aposentados.

Quando da greve de 2015, ao apresentar projeto de lei para atender à reivindicação da categoria após o veto da presidente Dilma Rousseff ao PLC 28/2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) pactuou com o governo à época, sem debate prévio com a categoria, que a absorção da parcela somente se daria na integralização da reposição salarial parcial estabelecida na Lei 13.317/2016.

Os tribunais, no entanto, passaram a absorver o valor a partir da primeira parcela da Lei. O montante da conquista deve totalizar cerca de R\$ 3 mil reais para cada beneficiário/a - valor irrisório no orçamento do Judiciário, mas bastante significativo no bolso do/a trabalhador/a.



## LUTA POR DIREITOS

# É preciso seguir a luta por PCCS, antecipação e quintos

Magistratura vem se apropriando do orçamento do Judiciário enquanto nega direitos aos servidores e servidoras; Sintrajud apresenta a tribunais estudo do economista Washington Moura que demonstra que é possível antecipar os 6,13% previstos para 2025.



Valcir Araujo

Reunião com o diretor-geral do STF, em 24/09.

A política dos tribunais superiores de negar a negociação da reestruturação da carreira e a antecipação da última parcela do reajuste previsto na Lei 14.523/2023 vem sendo combatida pelo Sintrajud com pressão dos atos da categoria e atuação nos gabinetes.

No último período, a diretoria do Sindicato se reuniu com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Eduardo Toledo; com o diretor-geral do Superior Tribunal Militar, José Nader; e com os chefes de gabinetes dos ministros do STF Dias Toffoli e Cristiano Zanin, para apresentar os estudos do assessor econômico da entidade e cobrar abertura negociação com a categoria. Além da antecipação da última parcela do reajuste conquistado no ano passado.

A direção do Sindicato também já foi recebida pelo futuro presidente do TRT-2, desembargador Valdir Florindo, que toma posse em 1º de outubro.

Estudo do economista Washington Moura Lima sobre execução orçamentária do Poder Judiciário da União verificou um saldo estimado em R\$ 2,8 bilhões no orçamento de pessoal e encargos sociais ao final do mês de agosto deste ano. Segundo processo SEI do

Conselho Nacional de Justiça consultado em 06 de setembro de 2023, o montante necessário ao pagamento da terceira parcela, a partir de setembro de 2024, é de cerca de R\$ 764 milhões. Ou seja, o saldo orçamentário é 3,6 vezes maior que a demanda da categoria.

Enquanto negam direitos aos servidores, a magistratura avança na autoconcessão de benefícios que disfarçam reajustes não previstos em lei e abocanham parte da dotação que poderia ser revertida para os servidores.

Os juízes reativaram o adicional por tempo de serviço, vedado expressamente na Constituição, se deram 10 dias de folga indenizável por mês e passaram a desvalorizar as vidas de servidores ao quebrar a isonomia na distribuição dos recursos orçamentários para a assistência em saúde.

Como aconteceu no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, onde a redução do custeio por parte da administração ao plano de saúde dos servidores foi a base que permitiu manter o auxílio-saúde pago à magistratura atrelado ao subsídio. Assim, no último ano os juízes tiveram dois reajustes do benefício, enquanto a categoria teve corte.

### AQ não é reestruturação da carreira

A cúpula judiciária também se mantém em silêncio sobre a proposta da categoria para reestruturar a carreira. E colocou em debate uma sinalização sobre o adicional de qualificação que não se concretizou em proposta e aprofundada desigualdades salariais, além de não atingir toda a categoria.

Na proposta construída pela categoria e consolidada pela Fenajufe, o AQ poderia ser de até 30% do maior vencimento básico da categoria (C13 de analista). A sinalização não formalizada no subgrupo 2 do Fórum de Carreira reduzirá o teto do AQ para 30% do vencimento do próprio servidor, caso se concretize.

### Não absorção de quintos é direito

A diretoria do Sintrajud também vem atuando para reverter a absorção dos quintos no TRF-3. Após reunião com o Sindicato, o MPTCU emitiu parecer favorável aos servidores. O Sindicato também se reuniu com o relator da consulta sobre o tema no Tribunal de Contas da União, Antônio Anastasia; com o secretário-geral do Conselho da Justiça Federal, juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos; e com o juiz-auxiliar da Presidência do TRF, juiz Márcio Catapani. O Sindicato também aguarda julgamento de ação contra a absorção da parcela.



Arquivo Sintrajud

Reunião com o gabinete de Toffoli.

## Ajuste fiscal e dívida são política antipovo

Da mesma forma, análise do Orçamento Geral da União realizada pela Auditoria Cidadã da Dívida revela que a prioridade do Estado brasileiro com o 'novo' Arcabouço Fiscal segue sendo a remuneração de credores da dívida pública, em detrimento dos direitos sociais. De acordo com a Au-

ditoria, juros e amortizações da dívida pública consumiram 43,23% do Orçamento (R\$ 1,89 trilhão).

Enquanto isso, há dois meses os servidores do INSS realizam uma greve sem negociação e com repressão por parte do governo Lula/Alckmin. Além de impor reajuste

zero, a direção do INSS fechou acordo com uma entidade que não representa a categoria e teve a proposta rejeitada em praticamente todas as assembleias no país. E, depois disso, passou a considerar que os grevistas estão em "falta injustificada", o que ameaça os trabalhadores inclusive de

perderem o emprego.

Aos docentes e técnicos das universidades federais que realizaram uma heróica greve que também durou cerca de dois meses também foi imposto reajuste zero em 2024, ficando para o ano que vem uma reposição parcelada até 2026.

